

Veto parcial ao orçamento

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, leva amanhã ao presidente José Sarney, em São Luís (MA), a sugestão de veto parcial ao projeto de lei orçamentária aprovado pelo Congresso, sob o argumento de que as mudanças introduzidas pelos parlamentares resultariam em uma contribuição adicional ao déficit público superior a 0,5% do Produto Interno Bruto, além do que já estava programado.

Ao analisar a proposta, os técnicos da Secretaria de Orçamento de Finanças (SOF) descobriram que, ao contrário do que imaginaram a princípio, os anexos enviados pelo Legislativo indicam claramente onde e

quanto o governo deve cortar para cobrir a menor receita da União com a dívida dos estados e municípios — mas nessas indicações há problemas com pelo menos um item, que são as receitas operacionais do Banco Central (BC).

Pelo projeto aprovado, o governo deve compensar os CZ\$ 372 bilhões que a União perderá na rolagem das dívidas mediante cortes de CZ\$ 145 bilhões nas receitas operacionais do BC, CZ\$ 120 bilhões nos recursos do Tesouro para pagamento dos encargos da dívida interna mobiliária e CZ\$ 107 bilhões em outras despesas, sempre a preços de junho deste ano, de acordo com a exposição feita ontem à noite a Batista de Abreu.

Se, por um lado, a indicação dos cortes compensatórios exime o projeto de veto por inconstitucionalidade de todo o seu artigo quinto, por outro, deixa ao Executivo espaço para arguir a constitucionalidade do Inciso II desse tópico, onde o Legislativo apresenta a receita operacional do BC como alvo da redução de despesas. “O problema é que esta receita representa um resultado contábil, que o projeto quer usar para cobrir a menor receita”, disse um especialista da SOF.

O ministro examinou também outros detalhes que podem ser objeto da recomendação de veto presidencial, sempre com a preocupação de não contribuir para inviabilizar a meta de zerar o déficit público de 1989. “O objetivo é zerar

toda a necessidade de financiamento ao setor público”, disse Batista de Abreu antes da reunião com o titular da SOF, José de Barros Ribas Neto. Se não for possível zerar a colocação de títulos, o ministro quer pelo menos minimizá-la.

Em São Luís, Sarney receberá um resumo de todos os orçamentos — incluindo o das empresas estatais, concluído ontem — e o texto do programa de ajuste fiscal e monetário com as metas para 1989, já contando com as próximas medidas de cortes adicionais de despesas.

A reforma administrativa não consta da agenda de Batista de Abreu com Sarney, mas poderá ser discutida em seus aspectos gerais.